

CONSELHO PENITENCIÁRIO FEDERAL RESSALTA OBRA DE SÃO PAULO

O governador Laudo Natel recebeu do presidente do Conselho Penitenciário Federal, sr. José Júlio Guimarães Lima, o seguinte telegrama:

«Em nome do Conselho Penitenciário Federal honra-me cum-

primentar V. Exa. pelo louvável empenho no aprimoramento do sistema prisional desse grande Estado, criando presídio feminino nesta hora em que o poder público vem lutando pela regeneração dos delinquentes».

GOVERNADOR ANUNCIA ORÇAMENTO . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)

Esse objetivo — lembrou o governador Laudo Natel — é perseguido segundo a estratégia definida no Programa de Interiorização do Desenvolvimento, que visa simultaneamente a solucionar os grandes problemas decorrentes da concentração urbana na área da Grande São Paulo e a eliminar as disparidades sócio-econômicas entre as regiões do Estado.

OS RECURSOS

O Secretário Carlos Antônio Rocca, da Fazenda, informou que a estimativa da receita orçamentária (21 bilhões e 415 milhões de cruzeiros) apoiou-se em fundamentados critérios de projeção, baseados no provável comportamento dos preços, no crescimento do produto interno. A redução atribuída à passagem da alíquota do ICM de 15,5% para 15%, em 1974, deverá ser compensada pelo aumento de eficiência do sistema de arrecadação, estimativa essa baseada na própria observação do que está ocorrendo em 1973 e do que ocorreu em 1972.

Calculada sobre a provável arrecadação do ICM para 1973, estimada em Cr\$ 13.650 milhões, a receita do ICM para 1974 deverá ser da ordem de Cr\$ 18.665 milhões, dos quais Cr\$ 3.333 milhões constituirão a quota-parte dos municípios. Aquela cifra somam-se as correspondentes a receitas patrimoniais, industriais, transferências correntes, receitas diversas, recei-

tas de capital e receitas próprias dos órgãos da administração indireta, totalizando 22 bilhões e 72 milhões de cruzeiros.

ORÇAMENTO PLURIANUAL: 28,8 BILHÕES

Ascende a 28 bilhões e 885 milhões de cruzeiros — dos quais 12 bilhões e 387 milhões correspondentes a dispêndios a serem realizados em 1974 — o valor do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado para o triênio 1974/76, cuja proposta também foi encaminhada ontem à Assembleia Legislativa pelo governador Laudo Natel.

A programação contida no Orçamento Plurianual — que é composto por recursos do Tesouro estadual, meios próprios dos órgãos da Administração, verbas federais, empréstimos externos e outros — consubstancia a continuidade das diretrizes fundamentais que têm norteado a ação do atual Governo do Estado.

O total de investimentos previstos pelo Orçamento Plurianual para 1974 (Cr\$ 12.384.140 mil) significa um acréscimo de 45,2% em relação ao orçamento do ano passado.

É de se registrar a significativa expansão dos investimentos na área de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, que passaram de 745 milhões, em 1973, para 1 bilhão e 172 milhões de cruzeiros no orçamento de investimentos para 1974, correspondendo a um acréscimo de 57,4%.

«Outro acréscimo que precisa ser realçado — salientou o chefe do Executivo — refere-se aos recursos previstos para investimentos na área de Desenvolvimento da Produção. Essa expansão, da ordem de 127%, possibilitará um melhor desempenho das entidades estaduais encarregadas de apoiar e orientar a iniciativa privada nos setores da agropecuária, indústria e comércio». Em 1974, a área de Desenvolvimento da Produção contará com recursos de aproximadamente 211 milhões de cruzeiros para novas aplicações.

A INFRA-ESTRUTURA

Do total de recursos previstos para aplicação em 1974, cerca de dois terços — isto é, 8 bilhões e 691 milhões de cruzeiros — são consignados para a área de Desenvolvimento da Infra-Estrutura. Isso se explica, por um lado, pela importância da implantação de uma infra-estrutura física (energia, estradas, redes de água e esgoto, comunicações) capaz de apoiar e estimular os empreendimentos do setor privado. E, por outro lado, pelo fato de se concentrarem na parte de dispêndios de capital (investimentos e amortizações) os re-

ursos mais significativos aplicados no setor. Basicamente, assim se distribuirão as despesas de capital na área de infra-estrutura: transporte: Cr\$ 3 bilhões e 701 milhões; energia: Cr\$ 3 bilhões e 562 milhões; saneamento básico (água e esgotos): Cr\$ 1 bilhão e 370 milhões.

OS TRÊS ANOS

O secretário Carlos Antônio Rocca, que está respondendo também pela Pasta do Planejamento e por isso coordenou a elaboração do Orçamento Plurianual, explicou por que os recursos previstos naquela

peça apresentam um declínio ao longo dos três anos (Cr\$ 12.384 milhões em 1974, Cr\$ 8.330 milhões em 1975 e Cr\$ 8.167 milhões em 1976).

«Isso resulta de se considerarem para os anos de 1975 e 1976 apenas os recursos necessários à complementação dos programas em andamento ou a serem iniciados em 1974. Assim, essa redução está associada aos próprios prazos de complementação dos projetos, fazendo com que, naquelas áreas que envolvem recursos e obras de prazo mais longo, o volume de recursos comprometidos para 1975 e 1976 seja maior que nas áreas onde os investimentos tenham processo executivo mais rápido».

AS DO TAÇÕES

As dotações orçamentárias para o custeio dos vários órgãos da administração estadual são as seguintes, lembrando-se que no item «Administração Geral do Estado» estão computados os recursos orçamentários para as despesas de capital.

1 — Poder Legislativo		
Assembleia Legislativa	47.300.000,00	
Tribunal de Contas	27.267.000,00	74.567.000,00
2 — Poder Judiciário		
Tribunal de Justiça	297.496.200,00	
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	17.356.000,00	
Tribunal de Alçada Criminal	16.147.000,00	
Tribunal de Justiça Militar . .	6.624.000,00	
Segundo Tribunal de Alçada Civil	8.430.000,00	346.053.200,00
3 — Poder Executivo		
Gabinete do Governador	294.998.000,00	
Secretaria da Educação	2.827.226.086,00	
Secretaria da Saúde	738.007.012,00	
Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo	71.154.892,00	
Secretaria da Promoção Social	165.616.999,00	
Secretaria de Economia e Planejamento	70.002.846,00	
Secretaria da Agricultura . . .	435.844.000,00	
Secretaria do Trabalho e Administração	85.577.885,00	
Secretaria de Serviços e Obras Públicas	128.650.000,00	
Secretaria dos Transportes . .	1.138.031.769,00	
Secretaria da Justiça	222.587.800,00	
Secretaria da Segurança Pública	1.150.061.000,00	
Secretaria do Meio Ambiente . . .	16.533.000,00	
Secretaria da Fazenda	625.146.996,00	
Administração Geral do Estado	13.125.125.327,00	20.994.563.612,00
4 — Despesas dos Órgãos da Administração Indireta (Receitas Próprias)		657.591.837,00
T O T A L		22.072.775.649,00

ORÇAMENTOS DE 1973 E 1974

QUADRO COMPARATIVO

Cr\$ milhões

	Orç. Original 1973 (A)	Previsão OP - 1974 (B)	Variações Percentuais (B/A)
RECEITA			
ICM — Estado	10.190	13.332	30,83
ICM — Munic.	2.548	3.333	30,83
Outras Rec. Tesouro	978	1.696	73,42
Rec. Vinculadas	1.183	1.585	33,98
Bônus	1.169	1.469	23,66
T O T A L	16.068	21.415	33,28
DESPESA CORRENTE			
Pessoal e Reflexos	4.846	6.300	30,00
Reserva Contingência	644	841	30,59
Outras não Vinculadas	3.069	3.976	29,55
Vinculadas	417	366	(-)12,23
ICM — Munic.	2.548	3.333	30,83
S O M A	11.524	14.816	28,57
CAPITAL			
Bônus	1.477	1.850	25,25
Investimentos	3.067	4.749	54,84
Não Vinculadas	2.301	3.530	53,41
Vinculadas (*)	766	1.219	59,14
S O M A	4.544	6.599	45,22
T O T A L	16.068	21.415	33,28

(*) (Rec. Fed. Mun. Empr. e Fundos Despesa)

INSCRIÇÕES NOS EXAMES SUPLETIVOS

A Coordenadoria do Ensino Básico e Normal da Secretaria da Educação, reiterou aos encarregados dos postos de inscrição aos exames vestibulares de 1.º e 2.º graus que os candidatos com respectivamente menos de 18 a 21 anos, que já iniciaram os referidos exames no regime anterior e foram aprovados numa ou mais das disciplinas então exigidas, poderão inscrever-se, devendo, contudo, submeter-se ao elenco das disciplinas fixadas no regime vigente.

As inscrições eventualmente feitas por força de liminar concedida em mandado de segurança deverão ser comunicadas àquela Coordenadoria, assim como as de candidatos que dependam de prova especial, como as de cegos e outras não abrangidas pelas provas normais.

ORÇAMENTO PROGRAMA

A Imprensa Oficial do Estado comunica que se acham à venda modelos de EOP de responsabilidade da SEPLAN — Secretaria de Economia e Planejamento.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

Diretor Superintendente
Wandyck Freitas

REDAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO
E OFICINAS

RUA DA MOOCA, 1921

TELEFONES:

Superintendência .. 92-2863
Dir. Administrativa 292-3637
Dir. Comercial ... 92-3024
Redação 93-0484

REDE INTERNA . PABX:

93-5186 — 93-5187
93-5188 — 93-5189
93-5180 — 92-3020
92-3238 — 93-0490

AGENCIA CENTRAL
(Publicidade)

Rua Maria Antônia, 294
Telefone: 256-7232

DIVISÃO DE ARTES
GRÁFICAS

R. DOS ESTUDANTES, 394

Diretoria 278-6830
Oficinas 278-0644

ASSINATURAS

«Diário do Executivo»
«Diário da Justiça»
«Partic de Ineditoriais»

PARTICULARES

Anual Cr\$ 123,00
Semestral Cr\$ 65,00

REPARTIÇÕES ESTADUAIS E FUNCIONÁRIOS

Anual Cr\$ 86,00
Semestral Cr\$ 45,00

VENDA AVULSA

Número do dia .. Cr\$ 0,70
Número atrasado Cr\$ 0,90

As assinaturas poderão ser tomadas em qualquer data e os prazos, de 1 ano ou 6 meses, serão contados do dia imediato ao que constar do recibo.

A renovação deverá ser solicitada com antecedência de 30 dias da data de vencimento da assinatura.

Vencido o prazo, será suspensa independente de aviso prévio.

NOTA — Informações referentes a assinaturas, telefonar para 93-5186 — Ramal 21

PREVENÇÃO DA CÁRIE DENTÁRIA

A Secretaria da Educação elaborou, através do Serviço Dentário Escolar, novo plano de atendimento preventivo visando ao combate à cárie dentária que deverá beneficiar cerca de 13.000 escolares. O «Programa Bochechos com Flúor», desenvolvido através do prévio treinamento de professores, foi iniciado em Osasco, devendo atingir a seguir as cidades de Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e Itapevi.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N.º 2.496, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973

Cria Comissão Intersecretarial, destinada a promover estudos relativos ao Problema do Menor Oligofrênico

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do processo n.º 4.247-71 — SPS.

Decreto:

Artigo 1.º — Fica criada Comissão Intersecretarial, integrada por representantes das Pastas da Saúde e da Promoção Social para, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua instalação, apresentar estudos e sugestões relativos ao Problema do Menor Oligofrênico.

Artigo 2.º — A Comissão criada pelo artigo anterior, será integrada pelos Senhores Dr. Alberto Cavo, Dr. Aldo Mileto e Sr. Shigueko Yoshiyassu, como representantes da Secretaria da Saúde e Drs. Antonio Veridiano Pereira Netto e Milton Lopes Leão, e a Sra. Rachel Villela Botelho Reis, como representantes da Secretaria da Promoção Social, competindo ao primeiro presidir os trabalhos.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 26 de setembro de 1973.

LAUDO NATEL

Paulo Gomes Romeo, Respondendo pelo Expediente da

Secretaria da Saúde

Mario Romeu de Lucca, Secretário da Promoção Social

Publicado na Casa Civil, aos 26 de setembro de 1973.

Maria Angélica Gallazzi, Responsável pelo S.N.A.